



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

(IN) DISCIPLINA: VISÃO E COMPREENSÃO DE UM FENÔMENO EDUCACIONAL

RAISSA MEDEIROS FRAZÃO DE AZEVEDO

MAYARA TELES VIVEIROS DE LIRA

JOSILENE ABREU DE FREITAS LIMA

EIXO: 11. EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

RESUMO O presente trabalho tem como prioridade desvelar o que a comunidade escolar pensa sobre a (in) disciplina, como a compreende e que posturas são tomadas pela escola para lidar com este fenômeno. A referida investigação foi fundamentada em Vasconcellos (2009), Aquino (2003), La Taille (2005) e outros, que descrevem o fenômeno da indisciplina escolar, os impactos e as ações no ambiente educacional. Realiza uma pesquisa exploratória qualitativa, por meio de questionários realizados com alunos de 4º a 5º ano do ensino fundamental, professores e gestores de uma escola pública estadual de Alagoas e da análise documental do Projeto Político Pedagógico e do livro de ocorrência da coordenação pedagógica. Como resultado conhecemos as várias faces da (in) disciplina escolar, bem como as posturas desenvolvidas na escola para lidar com este fenômeno. **ABSTRACT** This work is priority unveil what the school community think about (in) discipline, as understands and postures are taken by the school to deal with this phenomenon. That research was based on Vasconcellos (2009), Aquino (2003), La Taille (2005) and others, describing the school indiscipline phenomenon, impacts and actions in the educational environment. Performs a qualitative exploratory research through questionnaires conducted with students from 4th to 5th grade of elementary school, teachers and managers of a state school in Alagoas and documentary analysis of the Pedagogical Political Project and the occurrence book of the pedagogical coordination. As a result we know the many faces of the (in) school discipline, as well as the attitudes developed in school to deal with this phenomenon. **PALAVRAS – CHAVE:** **Indisciplina escolar, Relações pedagógicas, Gestão democrática.**

INTRODUÇÃO A escola deste início de século configura-se como uma instituição complexa, multifacetada e desejosa da formação cidadã. Como ambiente formador e fortalecedor de práticas democráticas a escola, por meio da gestão democrática, ensina o indivíduo a trabalhar de forma coletiva, participativa e autônoma. O maior desafio desta instituição consiste no exercício dialógico, participativo e reflexivo da construção de normas e princípios que busca assegurar a todos a garantia do direito de aprender. Entretanto, ao observarmos a rotina das escolas públicas brasileiras percebemos as vulnerabilidades as quais são expostas. Repúdio a eventos de violência sexual, doméstica, social e psíquica vem contribuindo para a manifestação de comportamentos indisciplinados. A temática indisciplina escolar tem sido frequentemente apontada pelos profissionais da educação como um dos problemas que a escola atual deve estar preparada para resolver. Vasconcellos (2009) em pesquisa feita com professores percebe que muitos associam os eventos de indisciplina ao fracasso profissional e pessoal, outros a veem como algo circunstancial, não a considerando como uma problemática localizada, enquanto outros acreditam que o problema não está ligado a seu fazer pedagógico e sim, a posturas autoritárias da direção ou da família. Ora, não podemos esquecer que a garantia da disciplina escolar é resguardada por um conjunto de ações, leis e comportamentos que dispõe o certo e o errado, o permitido e o proibido, o bem e o mal obrigando a escola a se posicionar de forma retrograda e antidemocrática. No intuito de compreender melhor o fenômeno da indisciplina, este trabalho se propõe a refletir o papel dos alunos e educadores diante dos eventos de indisciplina escolar. Para tal, utilizamos como referencial metodológico a pesquisa exploratória qualitativa, que possibilita uma visão mais aproximada deste cenário, chegando mais próximo do que pensa o sujeito pesquisado. Com instrumentos da pesquisa participante este trabalho descende de um projeto de extensão realizado em uma escola pública estadual de Alagoas. Os procedimentos utilizados ao longo desta pesquisa estão calcados em pesquisas bibliográficas, fundamentadas nos estudos de Vasconcellos (2009), que descrevem o fenômeno da indisciplina escolar, os impactos e as ações no ambiente educacional. Por meio de questionários realizados com alunos de 4º a 5º ano do ensino fundamental, professores e gestores de uma escola pública estadual de Alagoas foi possível conhecermos as várias faces da indisciplina escolar, bem como as posturas desenvolvidas na escola para lidar com este fenômeno. Além da análise documental do Projeto Político Pedagógico e do livro de ocorrência da coordenação pedagógica. O presente trabalho tem como prioridade desvelar o que a comunidade escolar pensa sobre a indisciplina, como a compreende e que posturas são tomadas pela escola para lidar com este fenômeno.

VISÕES DA (IN) DISCIPLINA PELOS SUJEITOS ESCOLARES

CAMPO DA PESQUISA Para que se pudesse compreender melhor a questão da indisciplina dentro do ambiente educacional foi necessária para concretização deste trabalho uma pesquisa de campo realizada numa escola pública da rede Estadual de Alagoas,

localizada na região do Tabuleiro dos Martins, bairro situado na parte alta da cidade, que segundo relatos da diretora apresenta altos índices de violência. A escola dispõe das modalidades de Ensino Fundamental do 3º ao 7º ano (Ensino de 9 anos) e a EJA(Educação de Jovens e Adultos). Atualmente a escola ainda funciona com algumas das séries iniciais do ensino Fundamental, mas futuramente de acordo com PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola disponibilizará apenas as séries finais do ensino fundamental e a EJA. Funcionando os três horários atende um total de quase 1.000 alunos distribuídos entre os turnos matutino, vespertino e noturno, oriundos do próprio bairro e dos bairros circunvizinhos. A escolha da escola para subsidiar nossa pesquisa de campo advém de um projeto de extensão da UFAL, coordenado por uma professora da instituição de ensino superior, ao qual participávamos. Sendo assim nossa pesquisa foi viável por já estamos inseridas neste projeto que tem como um dos seus focos a indisciplina. A pesquisa foi realizada com o propósito de conhecer o que os sujeitos que estão diretamente envolvidos dentro do ambiente escolar pensam sobre a temática em questão e como a compreende, o que os sujeitos participantes da pesquisa atribuem a indisciplina, quais as causas que levam a esses comportamentos indisciplinados, que solução ou ações poderiam amenizar ou quem sabe resolver este problemática, dentro outros pontos abordados. Como procedimento para coleta de dados foi elaborado e aplicado um questionário para que pudéssemos chegar à finalidade de nosso objetivo. Como também a utilização de alguns dados obtidos com entrevistas realizadas com as gestoras da escola e dos alunos do ensino fundamental 2 advindas do projeto de extensão. Assim os questionários foram aplicados com todos os segmentos que compõem diretamente o ambiente escolar, ou seja, os alunos, professores, funcionários, coordenadores e a direção. Os questionários foram distintos para dois grupos, o dos alunos; e o dos docentes, gestão e funcionários, sendo estruturados para os alunos e semiestruturados para professores, coordenadores e direção da escola. Como a escola atende uma grande parcela de alunos, optamos por realizar os questionários apenas com os alunos das séries iniciais do turno vespertino, pois como nosso curso abrange esta modalidade e não a das séries finais julgamos mais viável, por está de acordo com nossa área de atuação como professora. Com os professores e os funcionários escolhemos fazer com todos que trabalham no período vespertino, no qual foi aplicado no expediente de horário de trabalho dos sujeitos participantes. Durante uma tarde toda aplicamos os questionários com todos os segmentos que estavam presentes na escola neste dia. Foram aplicados no total 67 questionários com alunos do 4º e 5º ano, 12 questionários com professores das várias disciplinas, incluindo uma das coordenadoras e a diretora adjunta da escola e 6 questionários com os funcionários. Após esta etapa da coleta de dados, realizamos a análise dos questionários, o que resume um dos principais objetivos de nosso estudo. Por fim a partir dos questionários quantificados elaboramos gráficos com o percentual de valores obtidos em cada pergunta, utilizamos também um quadro para comparação das perguntas comuns nos questionários aplicados a cada segmento, buscando

interpretar e refletir sobre questões tão atuais. Utilizando como fundamentação a opinião e visão de alguns autores que pesquisam sobre esta temática. **COMO A ESCOLA TRATA OS EVENTOS DE INDISCIPLINA** Para um melhor entendimento sobre os eventos de indisciplina é necessário investigar as posturas desenvolvidas e as ações realizadas pela escola no enfrentamento desse fenômeno. Refletir sobre o contexto no qual a escola pertence e verificar se a gestão democrática e participativa se efetiva, é o ponto de partida para compreensão da realidade pesquisada. O termo autonomia tem sido discutido intensamente na educação brasileira nas últimas décadas. A partir de 1996, com a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) foram estabelecidas algumas possibilidades de mudanças no que se refere à descentralização do poder nas escolas. No artigo 14 da LDB verificamos a indicação de uma gestão democrática que respeite as especificidades e necessidades locais, ressaltando também a importância da participação de todos os segmentos escolares na elaboração do projeto pedagógico da escola. Um dos princípios da educação nacional, a presença da gestão democrática é indispensável nas instituições escolares para que suas comunidades se tornem mais ativas e compromissadas com as ações organizadas nas escolas. A gestão democrática também deve ser um dos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico (PPP), que se configura como um elemento organizador do trabalho educativo na escola que atende uma comunidade real e específica, tornando-se capaz de subsidiar a melhoria da qualidade de ensino. Segundo Vasconcellos, o PPP:

Pode ser entendido como a sistematização, nunca definida, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. (2005, p. 169).

O PPP deve assegurar a reflexão e o trabalho de todos os sujeitos envolvidos na ação educativa, estabelecendo o comprometimento, a responsabilidade e as formas de organização da escola. Como diz Vasconcellos:

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes. (VASCONCELLOS, 2002, p. 21)

Nessa perspectiva, o PPP é um instrumento que auxilia a escola a melhorar o seu desempenho escolar, já que este, além de constituir a dinâmica de organização e funcionamento, procura considerar o desenvolvimento social e político dos alunos. Para efetivação da democracia no espaço escolar, é imprescindível que os gestores promovam a integração da comunidade na tomada de decisões. Ao defender a proposta de um documento emancipatório e provedor da autonomia escolar, Vasconcellos afirma que:

A gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações. (2002, p.62). Contudo, é através do planejamento participativo que o PPP terá consistência e sentido de coletividade no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos necessários para o funcionamento da escola enquanto instituição responsável pela formação do sujeito. A análise do Projeto Político Pedagógico da escola serve para complementar e validar as informações obtidas por meio da realização de questionários, além de auxiliar na verificação da existência de uma gestão democrática e participativa. Com a análise desse documento é possível identificar quais são as concepções de sociedade, educação e aluno para a escola pesquisada. O Projeto Político Pedagógico da escola em que a pesquisa foi realizada apresenta em sua justificativa um paradigma de seres humanos criadores e transformadores da história. Afirma que o documento foi realizado por meio de um processo coletivo realizado nas reuniões pedagógicas, nos departamentos por série e nas reuniões com os pais. Com base na Constituição Federal brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases seu currículo valoriza a interação entre escola e família, contribuindo dessa forma, para a formação humana e mudança da sociedade. De acordo com a justificativa apresentada, a criação desse documento foi efetivada de forma participativa e democrática, pois teve representante de todos os segmentos da comunidade escolar. No entanto, no decorrer do texto documental, não é possível notar ações, propostas ou análises explícitas realizadas por

segmentos. Mais adiante o próprio documento se contradiz, pois apresenta como dificuldade a ausência ou “desleixo” dos pais em busca de uma melhora na qualidade escolar. Os objetivos gerais e específicos ratificam a intenção de proporcionar aos alunos uma visão crítica no exercício da cidadania e a responsabilidade coletiva de todos os segmentos escolares em integrar à escola a comunidade envolvendo discussões sobre os problemas envolvidos no processo educativo. Mais uma vez é nítido o embasamento teórico sobre a importância da gestão democrática no espaço educacional, mas ora o documento sugere que essa prática é vivenciada, ora a temática é apresentada como utópica e desejada. Durante as observações não conseguimos reconhecer ações em que a escola promovesse discussões coletivas, incitando o desenvolvimento da visão crítica dos discentes. Seguindo um caminho contrário, presenciamos posturas autoritárias, como por exemplo, a retirada do momento do intervalo para todos os alunos da escola, devido o grande índice de indisciplina e violência vivenciadas especialmente nesse período. No que se refere ao conhecimento da realidade escolar, o documento expõe uma preocupação com o envolvimento e o debate democrático que possibilite a participação de todos nas decisões dentro do espaço escolar. Ainda demonstra repúdio contra todo tipo de exclusão social, inclusive no que se refere à violência, reprovação, evasão escolar, entre outros. Constatamos que a escola expõe seu dever em ficar alerta à realidade social dos alunos, e nesse sentido, aponta algumas problemáticas sociais vivenciadas pelos alunos:

No cotidiano dos alunos e de suas famílias, se configuram as diferentes expressões na questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infante-juvenil, baixa renda, fome, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social etc. (PPP, 2010 p. 12). Durante as visitas também podemos constatar a veracidade dessa realidade, pois grande parte dos alunos são moradores de “favelas” ou “grotas” e visivelmente não recebem acompanhamentos básicos, como higiene e família estruturada. Também percebemos um índice relativamente alto de transferências e desistências, que costumam estar relacionado às problemáticas nas comunidades em que vivem, sobre aspectos como drogas, violência. A preocupação com as questões sociais existem, mas não conseguimos identificar nenhuma ação que visasse à minimização dessas

problemáticas. A relação de ensino-aprendizagem defendida pelo documento afirma que dentro do espaço escolar essas relações deveriam estar pautadas nas trocas afetivas e de conhecimentos, no entanto, a escola reconhecesse a necessidade de romper com a perspectiva tradicional de mera transmissão de conhecimentos em que muitos professores ainda se apoiam. O documento também apresenta um avanço no que se refere à relação dialógica existente na escola:

Houve um avanço na relação professor, pais, alunos e direção, no qual há um espaço para um diálogo mais aberto e respeitoso entre as partes. Neste é possível questionamentos, onde os pontos de vista são defendidos procurando ver onde estão os erros para tentar saná-los ou pelo menos minimizá-los. Acreditamos que isso já seja um grande avanço em relação há algum tempo atrás. (PPP, 2010, P.13)

O documento mostra um panorama da realidade das famílias e dos alunos sobre a ótica de outros segmentos, pois, além de enfatizar a dificuldade financeira de seu público, também são retratados problemas emocionais, como a falta de base familiar, rejeição dos pais e maus tratos, o que torna a escola (segundo esse ponto de vista), uma espécie de refúgio dos alunos. Chegamos a essa conclusão porque ao descrever essas características, o item registrado no documento encerra com o questionamento: “O que se pode então esperar dessas crianças?

” e ainda acrescenta o fato de que os pais, mesmo sem instrução, depositam expectativas na escola, no que se refere à preparação para vida e nos aspectos didáticos. O questionamento descrito acima representa um juízo de valor que se distancia das concepções apresentadas durante todo o documento, que institui uma responsabilidade biopsicossocial na formação cidadã dos alunos. Segundo o PPP, o tipo de gestão administrativa e pedagógica é democrática e o Conselho Escolar representa o elo de afirmação dessa prática que abrange todos os segmentos escolares, incluindo a comunidade externa. A articulação entre escola, família, comunidade e Secretaria do Estado da Educação e do Esporte se dá por meio de palestras e reuniões promovidas para o esclarecimento e exposição de pontos de vistas. A estrutura organizacional da escola reafirma o compromisso com a participação democrática nas decisões escolares. No

que se refere ao eixo filosófico, a formação é cidadã e ocorre por meio de um processo dialético que confirma a defesa da escola democrática. Sua função educacional é a de articular os valores culturais de cada aluno com base nos princípios de liberdade e solidariedade humana. No que se refere ao marco operacional, a principal preocupação demonstrada parte da não realização efetiva do Projeto Político Pedagógico devido à ausência de uma gestão democrática que se comprometa com a socialização do documento e seu cumprimento. Entre as atividades apresentadas destacam-se as propostas de desenvolver reuniões com todos os segmentos da escola, o envolvimento dos pais e estudantes no cumprimento do Conselho Escolar e do Projeto Político Pedagógico e a realização de reunião semestral com o conselho de classe com a participação de professores, coordenadores pedagógicos, representantes de turma e membros do conselho escolar, na busca de soluções para os problemas indisciplinados, de aprendizagem, de evasão entre outros. Vale ressaltar que esse é o único momento no qual as questões acerca da indisciplina, tão questionadas diariamente, aparecem e confirmam a ausência da perspectiva dialógica entre os membros na tentativa de solucionar embates cotidianos. Nas observações, também não conseguimos identificar nenhuma discussão ou proposta coletiva na tentativa de solucionar problemáticas como a indisciplina, por exemplo, o que seria de extrema importância, visto que os gestores apontam um grande número de alunos indisciplinados. Esses alunos não estão habituados a construir ou no mínimo, debater as regras, eles tem que adotar as regras estabelecidas sem questionamentos, o que também se distancia da proposta do documento, pois na prática o aluno crítico e questionador não é visto com bons olhos pelos professores e gestores. De acordo com Vasconcellos (2009), o planejamento do trabalho pedagógico costuma se restringir ao plano cognitivo, como conteúdo, sequência de atividades, metodologia e avaliação. O autor alerta sobre a importância de um planejamento que alcance toda a coletividade de sala de aula, principalmente "Com a crise da disciplina, fica patente a necessidade de a escola planejar, antes de tudo, a constituição da coletividade" (VASCONCELLOS, 2009, p. 253). Como alternativa para o envolvimento coletivo na busca de soluções para os problemas indisciplinados, Vasconcellos propõe a criação de um projeto disciplinar para as instituições. De estrutura similar ao do Projeto Político Pedagógico, se diferencia por ser um projeto temático setorial, a menos que

o PPP em seu marco operativo, já contemple a questão disciplinar. Segundo o documento, o currículo e os conteúdos a serem trabalhados nas diversas áreas específicas se dividem em conteúdos conceituais, procedimentais e “atitudinais, que incluem normas, valores e atitudes que devem perpassar todo conhecimento escolar; seja nas diferentes áreas do conhecimento, seja em relação ao convívio social mais amplo.” (PPP, 2010, p. 31). O aspecto atitudinal abrange exatamente as características disciplinares exigidas para o convívio social, no entanto, esses valores e normas estão sendo apresentados de maneira impositiva e não discutida, o que pode influenciar o “comportamento inadequado” do discente. A avaliação pretende valorizar as diferenças, considerando as diversas interpretações daqueles que atuam no processo educativo, com o objetivo de levá-los a ter um melhor desempenho, compreendendo e intervindo no meio em que vivem da forma mais adequada possível. Para que os alunos compreendam e consigam intervir na realidade em que vivem é urgente o exercício de participação nas tomadas de decisões escolares. O documento finaliza confirmando seu compromisso com a gestão democrática e participativa, propondo uma auto avaliação interna e externa por meio de questionários, reuniões e palestras que possibilitarão as discussões necessárias em busca de solução para os possíveis problemas. Segundo o documento, a avaliação e atualização do PPP acontecerão anualmente com a participação dos pais, alunos, professores, funcionários, colaboradores, patrocinadores e governo. Diante do exposto, percebemos que a escola necessita colocar em prática a proposta exposta pelo seu Projeto Político Pedagógico e vivenciar a gestão participativa e democrática diariamente. Como descrito no documento analisado, a escola necessita pensar num homem que ao longo do seu processo de aprendizagem, não seja apenas um mero reprodutor conformado com tudo que o cerca, mas que tome consciência dos seus direitos e deveres como cidadão, refletindo sempre sobre eles, procurando para isso, meios saudáveis de transformar-se. É por meio do incentivo a participação nas decisões escolares, que esses jovens poderão vivenciar sua cidadania e refletir sobre sua postura social e comportamental. Além do Projeto Político Pedagógico também realizamos um diagnóstico mais específico das questões disciplinares analisando os registros do livro de ocorrências. Apuramos o número de noventa e seis ocorrências entre os alunos do quarto ao sétimo ano, no período de 25 de fevereiro a 03 de

novembro de 2015. Gama (2009) compreende o livro de ocorrências como:

Um documento, no qual a escola registra os atos indisciplinados cometidos pelos alunos e entendendo que o mesmo funciona como um procedimento de punição para os mesmos que não respeitam as normas impostas pela escola, o *livro de ocorrências* desempenha um papel fundamental no que diz respeito à

tentativa de a escola fazer com que os alunos sejam disciplinados. Em outras palavras, ele é tido como uma espécie de exame que visa avaliar e classificar o aluno em relação ao seu comportamento indisciplinado. (GAMA, 2009, p. 7) Nesse sentido o livro de ocorrências exerce uma função normativa, pois institui de forma (in) direta as regras e ordens estabelecidas no espaço educacional. Essa prática autoritária, muito presente nas escolas visa a “formação do sujeito, tentando transformar o seu jeito de ser, enfim, moldar sua identidade de acordo com os parâmetros da sociedade.” (GAMA, 2009, p. 10). Do total de noventa e seis ocorrências, a série que apresentou maior frequência de registro foi o sexto ano, totalizando o número de 44% das ocorrências e o quarto ano apenas com 10% as ocorrências, cerca de 10% das ocorrências não explicitaram a série correspondente. Em geral, os alunos mais velhos tem comparecido mais a sala da coordenação devido a reclamações sobre comportamentos indisciplinados. Os alunos que estão fora de faixa são destacados, pois se remanescentes terão que trocar o turno, e estudar na Educação de Jovens e Adultos. Em relação ao gênero, apenas o nome de quatro meninas faziam parte das ocorrências desse período, portanto, os meninos são mais indisciplinados e violentos. As ocorrências mais frequentes são: desobediência, alunos fora de sala de aula, tumultuar, jogar bolinhas, brigas, celular com cenas pornográficas, derrubou o birô, falta de respeito: chamou o caderno de merda, bagunça, perca de prova, briga verbal comprometendo o desenvolvimento da aula, palavrões com a professora, agressão com caneta no pescoço, ameaça, pular a janela, não faz exercícios, desrespeito, gritar, chutar a porta, inquieto, atrapalha a aula, bater na cabeça, provocar uma discussão, brincadeira de mau gosto, perturbar as aulas, bater na banca com força, pintou a parede com corretivo, apertou o pescoço, desenho de vagina e pênis, bilhetes e desenhos, trouxe arma de brinquedo, agressão com cadeira e garrafa, esmurrou e jogou pedra, gritar, não faz nada, atrapalha a aula, formação de

grupos para “pegar/bater” fora da sala, chutar lixeiro, muita conversa, falando alto, bater tampinhas nos colegas, xingamento, chinelada, bater no rosto do colega, jogar chiclete no rosto, esculhambar o professor, alunos saem sem permissão, gritou com a professora, enforcou forçosamente, roubo de celular, apelido, arranhões, tirando a blusa da farda, pontapés, se esmurram. Geralmente, os alunos são penalizados da mesma forma, havendo pouca distinção entre atitudes mais graves, a atitude de jogar uma bola de papel no colega, e agredi-lo são equiparadas e penalizadas da mesma forma, normalmente as crianças são dispensadas e tem que ir para casa. Os reincidentes costumam assinar a ata e os pais são convocados a visitar a escola, mas, segundo a coordenadora pedagógica os pais são extremamente ausentes, o que dificulta a construção da relação escola-família em benefício da formação do aluno. No livro de ocorrências havia apenas dois registros de suspensão, um devido à agressão física com pedra e o outro devido a um enforcamento. Vale ressaltar que os fenômenos de indisciplina e violência estão interligados nessas ações, e frequentemente não são analisados separadamente, permitindo que ações violentas sejam caracterizadas como indisciplina. O círculo vicioso entre ação indisciplinar – castigo é a problemática que emerge dessas ações punitivas, pois o problema da indisciplina presente nos livros de ocorrências sugere uma concordância apática das regras por parte dos alunos, e não uma interação dialógica que vise a busca soluções conjuntas. Portanto, não podemos conviver com a indisciplina de forma fragmentada, levando em consideração apenas a realidade pontual da escola, devemos buscar compreender o seu contexto social mais amplo. **RESULTADO E ANÁLISE COMPARATIVA DOS**

DADOS Após levantamos o percentual das respostas obtidas nos questionários de cada grupo que constitui a escola, podemos obter a visão do que cada pensa e de que forma está compreendendo as questões levantadas. Para uma análise comparativa destacaremos alguns pontos de convergência e divergência entre as categorias de sujeitos pesquisados. A partir de quadros síntese iremos demonstrar quais os pontos em comum que são compreendidos e os que são contrários entre si, de perguntas em comum nos questionários aplicados aos membros participantes da pesquisa. Quadro 1- O que é Indisciplina?

ALUNOS - 31% - Não agir como o esperado pelo professor PROFESSORES - 37% - Não cumprir as regras impostas pela escola FUNCIONÁRIOS - 34% -

Não cumprir as regras impostas pela escola De acordo com as respostas evidencia-se que os alunos atribuem ao professor a indisciplina como sendo atitudes que desagradariam o docente. Porém tanto os professores quanto os funcionários assumem uma visão diferente da dos alunos. Para os docentes e funcionários da escola a indisciplina estaria relacionada ao não cumprimento de regras que são impostas ou ditadas pela escola. Quadro 2- Qual momento acontece mais casos de indisciplina?

ALUNOS - 48% - Recreio /intervalo PROFESSORES - 36% Recreio/intervalo e 36% Sala de aula FUNCIONÁRIOS - 46% Recreio/intervalo Como resposta para essa pergunta obtivemos uma igualdade de resultados, onde o momento do recreio/intervalo caracteriza-se como o espaço dentro da escola no qual ocorre mais casos de indisciplina. Somente na opinião dos professores que esses eventos indisciplinares acontece em igual proporção dentro da sala de aula quanto no recreio/intervalo. O fato dos alunos neste momento estarem livres sem o controle de alguém possa ocasionar situações de indisciplina. Quadro 3- Como você acha que poderia ser resolvido o problema da indisciplina?

ALUNOS - 41% - Com mais atenção dos professores PROFESSORES - 40% - Com regras mais rígidas e 40% - outros FUNCIONÁRIOS - 50% - Com regras mais rígidas Analisando tais afirmativas de como poderia ser resolvido o problema da indisciplina, fica nítido que há mais uma divergência de opiniões, enquanto os professores e funcionários atribuem como resolução dos atos indisciplinados regras mais rígidas, por parte da escola, os alunos apontam como solução mais atenção por parte dos professores. Isso sinaliza que os alunos creditam ao professor a responsabilidade de resolver esses conflitos. Porém muitas vezes os professores simplesmente encaminham para coordenação ou direção os alunos que tenham provocado um ato indisciplinar para que os gestores tomem as devidas punições. Dependendo da gravidade do caso, soluções como expulsão de alunos são efetivadas na tentativa de fazer com que não ocorram novas atitudes contrárias às impostas pela escola ao bom andamento das atividades diárias. Porém é de se pensar será que atitudes como essa de expulsar alunos resolve essas questões que muitas vezes tem raiz em situações advindas de fora do ambiente escolar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Sabe-se que o espaço educacional necessita da existência de normas e regras que possam estabelecer as relações entre os grupos sociais, a escola, nesse

sentido, precisa organizar e dispor de forma clara as regras. O desejável é que a partir das reflexões discutidas coletivamente os limites sejam estabelecidos e os alunos consigam identificar qual a melhor atitude a ser tomada, que possam participar da construção dessas regras juntos com os demais envolvidos neste processo, para que assim cientes de suas responsabilidades, os alunos não se sintam excluídos da tomada de decisões na escola. A análise dos documentos foi importante para a identificação da realidade e o reconhecimento das concepções de educação e sociedade propostas no Projeto Político Pedagógico, já o livro de ocorrência ilustrou as principais ações que são consideradas indisciplinadas, e qual postura é exercida pelos gestores, professores da escola na tentativa de solucioná-las. As atitudes tomadas evidenciam que melhores ações devem se propostas na tentativa de resolver as questões indisciplinadas, não é simplesmente expulsando alunos ou dispensando das aulas que diminuirá a problemática. A etapa da análise dos questionários na medida em que contribuiu para a compreensão da indisciplina no cotidiano escolar, possibilitou que em especial os professores, gestores e funcionários refletissem e sugerissem ações na busca de minimizar ou acabar com essa problemática. Com a análise, podemos constatar que a maioria dos sujeitos costuma se isentar da responsabilidade sobre as atitudes indisciplinadas, reconhecem a importância de solução para esse problema, mas não se enxergam como agente transformador. A pesquisa demonstrou ainda que esta temática é pouco discutida na escola, que alunos, professores, funcionários, diretores e coordenadores se vêm confusos quanto a conceituação e o entendimento sobre esta questão. Os professores põem a culpa na família, como se eles fossem os únicos culpados, constatamos, porém que esses atos não advêm apenas da estrutura familiar, muitas vezes esses atos estão relacionado a fatores internos da escola. Desse modo acredita-se que a formação de professores merece todo um enfoque voltado para as questões que permeiam o cotidiano escolar, pois se constitui como principal meio de conscientização e esclarecimentos sobre as questões referentes à prática pedagógica. É primordial que a escola busque estratégias para que os membros envolvidos neste contexto compreendam algo que eles mesmos citam como um problema que atrapalha todo um contexto de ensino aprendizagem e de troca de relações pessoais. Sendo assim a escola deve propor um trabalho de parceria com a comunidade escolar no sentido de

buscar soluções que possam amenizar ou extinguir este problema. Vê-se urgente a necessidade de debater esse assunto nas escolas diante de tantas informações, é preciso que fique claro a função que a escola tem e os objetivos que se quer alcançar a toda comunidade escolar e a partir disso propor ações, projetos que visem acabar ou pelo menos minimizar este problema. Conclui-se que é por meio de uma gestão democrática que os sujeitos são capazes de participar ativamente da construção da organização do ambiente escolar, mesmo a indisciplina sendo um problema complexo é possível se chegar a uma solução, mas para isso é fundamental que todos os envolvidos possam participar democraticamente das decisões que serão tomadas em detrimento das melhores escolhas para a harmonia das relações presentes no cotidiano escolar.

AQUINO, Júlio Groppa (organizador). **Indisciplina na escola** – Alternativas teóricas e práticas. 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 1996. _____. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003. AQUINO, J. G. **A indisciplina e a escola atual**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-204, jul./dez. 1998. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996.

Disponível em:

<[http://
www.
planalto.gov.br
/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)
>.

Acesso em: 30 abr. 2009. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini São Paulo: Unesp, 1999. ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 3. ed. P FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRELLER, C. C. **Histórias de indisciplina escolar: um trabalho de um psicólogo numa perspectiva Winnicottiana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir; história da violência nas prisões**. 38ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. GAMA, A. S. **Livros de ocorrência: da prática de vigiar e punir aos "recursos para o bom adestramento"**. 2009.

Disponível em:

<http://>

www.

[cephad.net.br](http://www.cephad.net.br)

[/discursividade /EDICOES/04/Arquivos04/09.pdf](http://www.cephad.net.br/discursividade/EDICOES/04/Arquivos04/09.pdf)

. Acesso em Mar de 2012 GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, p. 101-108, jan./abr. 1999. _____. Indisciplina na escola; questões sobre mudança de paradigma. **Contrapontos**, Itajaí, v. 8, n. 3, set./dez. 2008. GILES, Thomas Ransom. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987. Unimep, 1996. LA TAILLE, Y. de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.) **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996. _____. Indisciplina/Disciplina: Ética moral e a ação do professor. São Paulo: editora

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

XAVIER, Maria Luisa Merino [et. al.] org. **Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

AUTOR: Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Gestão Educacional e Coordenação. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Atua como Coordenadora e professora na Faculdade Maurício de Nassau. COAUTOR 1 : Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Gestão Educacional e Coordenação. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Atua como Coordenadora e professora na Faculdade Maurício de Nassau. COAUTOR 2 : Pedagoga. Licenciada em Letras. Especialista em Psicopedagogia. Mestranda em Políticas da Educação Pelo CLAI. Atua como Professora na Faculdade Maurício de Nassau.

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: